

## ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2020 – 19.11.2020

1 No décimo nono dia do mês de novembro de 2020, às 14h00m, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos  
2 Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim – Comitê Guandu/RJ, deu início à 6ª Reunião Extraordinária do  
3 Plenário do Comitê Guandu/RJ, não presencial, através de plataforma online (Microsoft Teams), tendo  
4 como pauta os seguintes assuntos: **1- Abertura e leitura da pauta; 2- Aprovação da minuta que**  
5 **“Dispõe sobre o Plano de Aplicação de recursos financeiros constantes na subconta do Comitê da**  
6 **Bacia Hidrográfica dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim no Fundo Estadual de Recursos**  
7 **Hídricos – FUNDRHI para o ano de 2021”;** **3- Encerramento. ITEM 1** - Ao iniciar a reunião, o Diretor  
8 Geral Paulo de Tarso cumprimentou a todos, e em seguida realizou a leitura das regras da reunião e  
9 pauta. Após a leitura das regras, Paulo de Tarso (FIRJAN) explicou que é necessário seguir com a pauta  
10 única pois, por questões regimentais, o colegiado precisa aprovar o Plano de Aplicação para que o Comitê  
11 não fique sem recursos no ano seguinte. Falou que é necessário ainda que a deliberação tramite no  
12 CERHI e por isso a urgência do item. José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) fez uma solicitação de pedido de  
13 ordem. Recebendo a palavra, questionou a argumentação do diretor geral solicitando o artigo no regimento  
14 interno onde está descrito que a discussão do PAP deve ser em reunião plenária de item único/exclusivo.  
15 José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) citou o artigo 17, que fala sobre o pedido de vistas, e suas  
16 complementações nos parágrafos primeiro, segundo e terceiro. Posteriormente citou o artigo 25 que  
17 elenca as competências do diretor geral. José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) pediu esclarecimentos à  
18 respeito da pauta única e exclusiva e lembrou que fez essa solicitação por e-mail e disse que seu e-mail  
19 foi desprezado. Paulo de Tarso (FIRJAN) diz que recebeu o e-mail, pediu orientações e recebeu a  
20 informação de que a plenária deveria ser exclusiva. O diretor geral pediu explicações à secretaria  
21 executiva. Fátima Rocha (AGEVAP), coordenadora da Secretaria Executiva do Comitê Guandu-RJ,  
22 explicou que a reunião foi convocada especificamente para o debate e deliberação do Plano de Aplicação  
23 2021 pois, o documento é indispensável para a continuidade dos trabalhos do Comitê a partir do ano de  
24 2021, tendo em vista que a vigência do Plano de Aplicação Plurianual – PAP aprovado através da  
25 Resolução nº 124 encerra-se em Dezembro de 2020. Para o Comitê ter um Plano de Aplicação, faz-se  
26 necessário que o mesmo seja referendado pelas Câmaras Técnicas e Plenária do CERHI, o que aumenta  
27 os trâmites necessários externos ao Comitê, tornando necessária a execução do cronograma planejado e  
28 aprovado pela Diretoria e pela CTIL-G. Fátima Rocha (AGEVAP) disse que o Plano passou pela Diretoria,  
29 depois pela CTIL-G e agora está na Plenária de onde seguirá diretamente ao CERHI. Sobre o processo  
30 eleitoral, Fátima Rocha (AGEVAP) explicou que os trâmites estão ocorrendo e que o assunto será tratado  
31 na plenária ordinária de três de dezembro, enquanto corre normalmente nas instâncias. Fátima Rocha  
32 (AGEVAP) explicou, sobre o processo eleitoral, que na 5ª Reunião Extraordinária do Plenário do Comitê  
33 Guandu-RJ no dia vinte e nove de setembro de 2020, que tinha como assunto único o processo eleitoral,  
34 foi solicitado o pedido de vistas, aceito e encerrada a reunião. No dia trinta de setembro foi solicitado que  
35 os membros enviassem por e-mail todos os seus questionamentos para que fizessem parte do parecer  
36 jurídico com prazo final no dia seis de outubro. No dia sete de outubro as contribuições foram compiladas  
37 e enviadas à assessoria jurídica. No dia quatorze foi enviado o parecer à Diretoria Colegiada, cumprindo

## ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2020 – 19.11.2020

38 o prazo regimental de 15 dias. A diretoria solicitou que fossem convidados à uma reunião o Grupo de  
39 Trabalho do Regimento Interno (GTRI) e a Comissão Eleitoral do Comitê Guandu-RJ (CECG). No dia vinte  
40 de outubro foi realizada a reunião entre Diretoria, GTRI e CECG, onde as instâncias debateram as possíveis  
41 construções e encaminharam o pedido de novos pareceres considerando os questionamentos levantados  
42 em Plenárias anteriores e enviadas por e-mail e, ao receberem, por fim, o parecer. Foi convocada a quarta  
43 Reunião Ordinária Plenária no dia três de dezembro com o processo eleitoral como pauta única, onde os  
44 pareceres e a minuta do edital, serão discutidos. Todos os materiais, pareceres e edital, já foram enviados  
45 à Plenária na data de hoje. Fátima Rocha (AGEVAP) citou como base legal a Lei Estadual nº 3239, em  
46 seu artigo 55, que diz que os Comitês de Bacia Hidrográfica têm entre suas atribuições e competências  
47 aprovar os programas anuais e plurianuais de investimentos, em serviços e obras de interesse dos  
48 recursos hídricos, tendo por base o respectivo Plano de Bacia. Ressaltou que o Regimento Interno  
49 também destaca essa atribuição do colegiado e por isso a urgência e importância da reunião em pauta  
50 única, sem prejuízo do andamento do processo eleitoral que segue em trâmite. Paulo de Tarso (FIRJAN)  
51 disse que mediante a importância e urgência da aprovação do Plano de Aplicação, de acordo com tudo  
52 que foi relatado, ele dará sequência à pauta atual e solicitou a apresentação pela Secretaria de Executiva.  
53 José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) pediu a palavra e disse que não foi apresentada a justificativa regimental  
54 para a pauta única. Pediu a citação do artigo. Disse que não vai discutir toda a contextualização mas pediu  
55 que o artigo seja citado e disse que o diretor geral tem o dever de mostrar a base legal e disse que houve  
56 inoperância da diretoria e da secretaria executiva com a situação que se criou para a aprovação do PAP.  
57 Paulo de Tarso (FIRJAN) tomou a palavra e disse que colocará em votação a manutenção da pauta ou a  
58 inserção do processo eleitoral como item de pauta na reunião, pedindo para que seja cortado o microfone  
59 do Sr José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu). Nelson Reis (APADEMA-RJ) disse que todos estão em um  
60 ambiente de gestão participativa e por isso conclama que isso seja efetivado. Disse que José Arnaldo tem  
61 razão pois venceu-se o prazo de quinze dias e entende ser fundamental a discussão sobre o PAP  
62 igualmente a do processo eleitoral e de outras pendências. Disse ao José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) que  
63 defende suas colocações na diretoria e todos os elementos da gestão participativa. Paulo de Tarso  
64 (FIRJAN) tomou a palavra e citou o Regimento Interno, em seu artigo 25, que trata das competências do  
65 diretor geral e no oitavo parágrafo diz que é decidir casos de urgência ou inadiáveis, do interesse e  
66 salvaguarda do COMITÊ GUANDU, ad referendum da Plenária e disse que de qualquer forma coloca em  
67 votação os itens de pauta e ressaltou a importância de aprovar o PAP. Disse ainda que em relação ao  
68 prazo, ele cumpriu pois apresentou em 15 dias o parecer sobre o pedido de vista à diretoria e apresentará  
69 à plenária na Reunião Ordinária de 03 de dezembro. Gilvoneick de Souza (Defensoria Ambiental) pediu  
70 questão de ordem e em sua fala, agradeceu o espaço e disse que tinha dois pontos que preferiu não  
71 encaminhar em ofício e sim trazê-los à reunião e por isso perguntou se poderia levantar essas questões  
72 ao fim da reunião. Paulo de Tarso (FIRJAN) pediu para que ele solicitasse a palavra ao fim da reunião  
73 para trazer seus questionamentos. Paulo de Tarso (FIRJAN) iniciou a votação nominal para a manutenção  
74 da pauta da 6ª R.E Plenária ou a inclusão das discussões do processo eleitoral. Júlio Antunes (CEDAE

## ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2020 – 19.11.2020

75 Abastecimento), Mayná Coutinho (CEDAE Saneamento), Marcela Pitarello (FCC), Marcelo Diab Elias  
76 Kaiuca (ASDINQ), Pâmela Reis (Ternium), Paulo de Taso (FIRJAN), João Bosco Sales (UEZO), Markus  
77 Stephan Wolfjdunkell Budzynkzk (ADEFIMPA-RJ), Décio Tubs (ABAS-RJ), Andreia Loureiro (P.M.  
78 Queimados), Zulmira Xavier (P.M. de Paracambi), Luiz Constantino (INEA), Lívia Soalheiro (SEAS/RJ) e  
79 Marco Antonio Barbosa (CREA-RJ) aprovaram a manutenção da pauta e a continuidade da reunião com  
80 item único. Franziska Uber (FAETERJ-Paracambi), Nelson Reis (APEDEMA-RJ) e Hendrik Mansur (TNC)  
81 não aprovaram a pauta e a continuidade da reunião com item único. Jacqueline Guerreiro (FONASCH-  
82 RJ) e José Arnaldo dos Anjos (P.M. Nova Iguaçu) Abstiveram. Hendrik Mansur (TNC) pediu para registrar  
83 o que o levou a ser contrário a pauta única e justificou manifestando que o Regimento Interno deve ser  
84 cumprido. Nelson Reis (APEDEMA-RJ) solicitou conferência de Quórum. Fátima Rocha (AGEVAP) disse  
85 que haviam dezesseis membros presentes e que, por isso, havia o quórum mínimo para a segunda  
86 chamada. Paulo de Tarso (FIRJAN) pediu o resultado da votação. Fátima Rocha (AGEVAP) refez a  
87 contagem e informou que haviam dezenove membros presentes e logo depois anunciou o resultado da  
88 votação: quatorze a favor da pauta, três contra e duas abstenções. Markus Budzynkz (APEDEMA-RJ)  
89 solicitou que confirmassem os dois membros que abstiveram. Fátima Rocha (AGEVAP) afirmou que foram  
90 Jacqueline Guerreiro (FONASCBH-RJ) e José Arnaldo dos Anjos (P.M. Nova Iguaçu) e ao confirmar,  
91 lembrou-se que Jacqueline é suplente de João Bosco Sales (UEZO), então corrigiu o resultado da votação:  
92 quatorze a favor da pauta, três contra e uma abstenção. José Arnaldo dos Anjos (P.M. Nova Iguaçu) fez  
93 um segundo pedido de ordem. Pediu a retirada do item de pauta para vistas segundo o artigo 17 do  
94 regimento interno. Nelson Reis (APEDEMA-RJ) solicitou que fosse feita uma alternância na ordem dos  
95 segmentos na chamada nominal durante a votação para que a ordem não influenciasse a votação, não  
96 começando apenas pelos usuários de recursos hídricos. Fátima Rocha (AGEVAP) iniciou a votação  
97 nominal pela retirada ou não do item de pauta para vistas, solicitado por José Arnaldo dos Anjos (P.M.  
98 Nova Iguaçu), pelo segmento Poder Público. José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) e Markus Budzynkz  
99 (APEDEMA-RJ) votaram pela retirada do item da pauta para vistas, de acordo com o artigo 17 do RI.  
100 Andreia Loureiro (P.M. Queimados), Zulmira Xavier (P.M. Paracambi), Luiz Constantino (INEA), Lívia  
101 Soalheiro (SEAS/RJ), Marco Antonio Barbosa (CREA-RJ), Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi), João  
102 Bosco Salles (UEZO), Nelson Reis (APEDEMA-RJ), Hendrik Mansur (TNC), Décio Tubbs (ABAS-RJ), Júlio  
103 Antunes (CEDAE Abastecimento), Mayná Coutinho (CEDAE Saneamento), Marcela Pitarello (FCC),  
104 Marcelo Diab Elias Kaiuca (ASDINQ), Pâmela Reis (Ternium), Paulo de Taso (FIRJAN) votaram contra o  
105 pedido de vistas, vencendo esta opção por dezesseis votos a dois. Hendrik Mansur (TNC) pediu para  
106 registrar o que o levou a ser contrário ao pedido de vista foi a falta de justificativa para o pedido. Juliana  
107 Fernandes (AGEVAP) iniciou a apresentação sobre o Plano de Aplicação 2021, item único da pauta. A  
108 mesma afirmou que o proposto já havia passado pela diretoria e pela CTIL-G e, após aprovado pela  
109 Plenária, passará pelas Câmaras Técnicas e posteriormente pela Plenária do CERHI. Juliana explicou  
110 que se trata de um instrumento de planejamento e orientação de desembolsos a serem executados com  
111 recursos da cobrança pelo uso da água por um determinado período em uma determinada Região

## ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2020 – 19.11.2020

112 Hidrográfica. Disse que o PAP atual, referente a Resolução nº 124/2016, encerra-se em 31 de dezembro,  
113 que a pandemia inviabilizou oficinas de elaboração do Plano e por isso está sendo proposto um Plano  
114 Transitório apenas para o ano de 2021 para que o Colegiado não fique sem recursos prejudicando suas  
115 ações. Desta forma, foi aprovado pela diretoria e pela CTIL-G que em 2021, pós pandemia, a realização  
116 de oficinas para construção do PAP 2022 à 2025. Juliana Fernandes (AGEVAP) afirmou que se trata de  
117 um planejamento de curto prazo, em conformidade com o Plano Estratégico de Recursos Hídricos das  
118 Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim PERH Guandu, aprovado em 2018;  
119 Plano de Aplicação Plurianual dos Recursos Financeiros do Comitê Guandu 2017 2020 e; o Contrato de  
120 Gestão INEA nº 03/2010. Disse que a metodologia utilizada é consolidada e utilizada desde 2012 por  
121 Comitês fluminenses e outros federais. Juliana Fernandes (AGEVAP) listou o procedimento para a  
122 construção, sendo: obtenção, junto ao INEA, da previsão de arrecadação para o ano de 2021 da Região  
123 Hidrográfica; obtenção de informações, junto ao INEA, do saldo da subconta no FUNDRHI; atualização  
124 das informações de desembolsos; data de corte agosto/2020 (data do saldo da subconta e da planilha dos  
125 desembolsos); tabela de Correlação (PERH 2006 e PERH Vigente); atualização da Tabela 1 (inserindo  
126 novos projetos, atualizando antigos) com base na data de corte; atualização da Tabela 2 com base nas  
127 informações da Tabela 1; elaboração da Tabela 3 utilizando como referência o ano de 2021 do MOP;  
128 elaboração da Tabela 4 Consolidado; elaboração da Resolução; aprovação da Resolução na CTIL G e na  
129 plenária do Comitê e; referendo da Resolução no CERHI. Juliana Fernandes (AGEVAP) apresentou as  
130 tabelas começando pela de correlação, que adequa a nomenclatura usada em 2016 com a nomenclatura  
131 do PERH vigente (2018). Posteriormente apresentou a tabela 1 que traz os investimentos de forma  
132 detalhada. Depois foi apresentada a tabela dois onde os investimentos são colocados em grupo e  
133 apresenta o montante de aproximadamente cento e cinquenta e dois milhões de reais a serem investidos  
134 na Região Hidrográfica. Juliana Fernandes (AGEVAP) apresentou a tabela três que traz a distribuição dos  
135 recursos disponíveis conforme os Programas definidos no PERH para o ano de 2021, e destacou que  
136 conforme Lei Estadual nº 5234/2008 em seu Art 6º, no mínimo 70 %(setenta por cento) dos recursos  
137 arrecadados pela cobrança pelo uso da água incidente sobre o setor de saneamento serão  
138 obrigatoriamente aplicados em coleta e tratamento de efluentes urbanos, até que se atinja o percentual  
139 de 80% (oitenta por cento) do esgoto coletado e tratado na respectiva Região Hidrográfica, e listou ainda  
140 os valores determinados para Programas criados pelo Comitê que são: 3,5% para Estudos e Pesquisas,  
141 conforme Resolução Comitê Guandu nº 90, de 13 de dezembro de 2012; 3,5% para Educação Ambiental,  
142 conforme Resolução Comitê Guandu nº 91, de 13 de dezembro de 2012 e; 3,5% para Pagamento por  
143 Serviços Ambientais, conforme Resolução Comitê Guandu nº 98, de 30 de setembro de 2013. Juliana  
144 Fernandes (AGEVAP) apresentou a dotação orçamentária do saldo do FUNDRHI, no valor de R\$  
145 77.685.915,65 (em 31/08/2020 descontados os valores já solicitados e não repassados) , a expectativa de  
146 arrecadação com a cobrança líquida no valor de R\$ 29.834.202,96 em 2021 mais o saldo remanescente  
147 de R\$ 10.020.344,66 referente ao período de setembro a dezembro de 2020 e, a previsão de rendimento  
148 da arrecadação entre setembro e dezembro de 2020 no valor de R\$ 560.850,00, totalizando um recurso



## ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2020 – 19.11.2020

149 total de R\$ 118.101.313,83 para a distribuição entre os programas do PERH em 2021. Juliana Fernandes  
150 (AGEVAP) apresentou que o PERH-Guandu (2018) prevê para 2021 a implementação/operacionalização  
151 de quatro agendas, sete subagendas, oito programas e quatorze ações, e um orçamento de R\$  
152 14.689.833,34 que, atualizado através do IPCA, índice a ser usado para o reajuste da cobrança, através  
153 de resolução do CERHI, chega a R\$ 15.281.833,63, além de um saldo remanescente direcionado para  
154 Saneamento R\$ 102.711.553,10. Juliana Fernandes (AGEVAP) apresentou a tabela 4 que é a  
155 Consolidação das Tabela 2 e 3 com os valores a serem desembolsados pelo Comitê referentes às ações  
156 já em andamento ou aprovadas somados aos valores aportados no Plano para o ano de 2021, totalizando  
157 o valor de R\$ 270.032.092,35 previsto para o PAP somando os valores das tabelas 2 e 3. Juliana  
158 Fernandes (AGEVAP) encerrou sua apresentação apresentando o cronograma com datas, sendo:  
159 apresentação à Diretoria em 7 de outubro de 2020; encaminhamento da minuta de resolução em 22 de  
160 outubro de 2020; apresentação e aprovação na CTIL-G em 29 de outubro de 2020; envio da minuta para  
161 a Plenária Extraordinária em 4 de novembro de 2020; discussão e aprovação plenária neste dia 19 de  
162 novembro de 2020; previsão de envio em Câmara Técnica conjunta do CERHI em 1º de dezembro de  
163 2020; envio à Plenária do CERHI em 1º de dezembro de 2020 2; aprovação pela Plenária do CERHI em  
164 16 de dezembro de 2020. Abertas as perguntas dos membros, José Arnaldo dos Anjos (P.M. de Nova  
165 Iguaçu) pediu ao diretor da DISEQ/INEA, Hélio Vanderlei, presente na reunião, para que a procuradoria  
166 do órgão se posicione à respeito de uma dúvida do CERHI sobre a aplicabilidade das Resoluções 16 e  
167 27, citando ainda que há dificuldade no CERHI de entender os detalhamentos de valores solicitados pelo  
168 Comitê acima de vinte milhões de reais. Solicitou ainda o esclarecimento sobre porque não entraram os  
169 valores para os Planos Municipais de Mata Atlântica e Planos Diretores Florestais, na tabela 1; sobre os  
170 itens 59 e 61, descentralização de recursos para saneamento em Japeri/RJ, que parecem estar repetidos;  
171 sobre o item 66 cujo o valor de descentralização de recursos para Paracambi, segundo ele, está menor  
172 do que na resolução e as discussões na CTSB e; sobre a possível construção de uma resolução que  
173 destina cento e cinquenta e cinco bilhões ao saneamento em Queimados/RJ, como ficaria esse  
174 desembolso no PAP. Juliana Fernandes (AGEVAP) respondeu que sobre o Plano Municipal de Mata  
175 Atlântica, o recurso já está em caixa, sob gestão da AGEVAP, e consta dentro das linhas de infraestrutura  
176 verde e que quando o contrato for assinado, ele será destacado em separado para acompanhamento. Em  
177 relação às resoluções, o INEA enviou o ofício 735/2020, endereçada ao próprio José Arnaldo, em 7 de  
178 abril de 2020 e nele, responde aos questionamentos sobre as resoluções 16 e 27. Juliana Fernandes  
179 (AGEVAP) leu a carta que diz que as resoluções referidas não tratam de contratações. Que a resolução  
180 INEA 16/2010 trata da elaboração do Termo de Referência para subsidiar a contratação de obras e  
181 serviços. Já a resolução 27/2010 define a forma de distribuição dos recursos destinados ao FUNDRHI,  
182 entre contas e subcontas. Ambas as resoluções são de 2010, e carecem apenas de pequenos ajustes  
183 pontuais para sua atualização. Sobre as linhas, Juliana Fernandes (AGEVAP) explicou que a tabela reflete  
184 as resoluções do Comitê Guandu-RJ, respeitando os valores nelas descritos, não a solicitação em  
185 instâncias, a não ser que haja outra decisão plenária, que obrigaria uma atualização dos valores. José

## ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2020 – 19.11.2020

186 Arnaldo (P.M Nova Iguaçu) disse que as respostas foram satisfatórias, menos as relativas às resoluções  
187 INEA 16 e 27 de 2010. Gilvoneick de Souza (Defensoria Ambiental) disse que fez suas anotações, sendo  
188 que a primeira é relativa a possibilidade de remanejamento, levantada, segundo ele, em reunião anterior  
189 por Hendrik Mansur (TNC), citando possibilidade de antecipação de linhas e pediu explicação melhor ao  
190 membro. Depois perguntou sobre a questão da elasticidade do planejamento tendo em vista as possíveis  
191 mudanças no cenário do saneamento no estado do Rio de Janeiro, devido aos modelos de concessão  
192 que poderão ser implantados. Ele perguntou se há a possibilidade de adaptar o PAP a um possível novo  
193 cenário. Juliana Fernandes (AGEVAP) afirmou que o membro Hendrik Mansur (TNC) propôs um artigo  
194 que previa a possibilidade do remanejamento de recursos, que foi acatado por todos os membros da CTIL-  
195 G, que seria possível com aprovação em plenário. E a segunda questão seria que o Manual Operativo de  
196 Plano, que se encerra em 2022, necessita de uma revisão para os anos seguintes, e que o membro  
197 solicitou a atualização do Manual, completando o período, para que o Colegiado não fique sem  
198 instrumento. Disse ainda que existem recursos já deliberados e que só podem ser mudados em decisão  
199 plenária e que os recursos disponíveis na linha SANEAMENTO RURAL, porém, ainda não atrelado a  
200 nenhuma ação DE SANEAMENTO PREVISTA NO MANUAL OPERATIVO. Hendrik Mansur (TNC) disse  
201 que de acordo com a tabela 1, o Comitê deverá receber quase 72 milhões de reais. Ele perguntou a Juliana  
202 o que já está em caixa no FUNDRHI e ainda não foi repassado para a entidade delegatária para 2021.  
203 Juliana Fernandes (AGEVAP) diz que a informação que recebeu é que há 47 milhões de reais na conta  
204 D, de operacionalização do INEA, lembrando que ainda há recursos na CUT, que são operacionalizados  
205 via GT-FUNDRHI. Disse ainda que valores já foram solicitados e que a AGEVAP segue no aguardo.  
206 Hendrik Mansur (TNC) agradeceu a explicação e disse que a todo momento a Gestão de Recursos  
207 Hídricos tem sido questionada pela inabilidade de investimento e desembolso dos recursos destinados  
208 aos recursos hídricos. Disse que é necessário o Comitê ficar atento a isso, e o GAP, a qual faz parte, tem  
209 discutido isso. E que alguns pontos precisam ser destacados, sendo que o primeiro é o fato de que apenas  
210 dois atores podem receber recursos da cobrança pelo uso da água na bacia do Paraíba do Sul, a AGEVAP  
211 e o INEA. Se esse recurso cai na conta da AGEVAP e não é operacionalizado, a culpa, em tese é do  
212 Comitê e da AGEVAP. E se cai na conta do INEA e não é operacionalizado, a culpa, em tese, é do INEA.  
213 E outra responsabilidade que Hendrik Mansur (TNC) diz não saber é quando o valor é solicitado e não é  
214 repassado. Ele disse que sua intenção não é responsabilizar as instituições e sim identificar os gargalos.  
215 Hendrik Mansur (TNC) disse que o segundo ponto é a possibilidade de remanejamento entre programas  
216 do PAP, explicando que não se trata de tirar recurso de um programa em detrimento de outro, mas a  
217 possibilidade de se antecipar o recurso, como previsto no PERH e no MOP, de um programa quando este  
218 não está se desenvolvendo na velocidade planejada. Seria antecipar o recurso de um programa que não  
219 está sendo desenvolvido para outro em andamento, otimizando a aplicação do recurso no presente. Luiz  
220 Constantino (INEA) disse sobre o remanejamento, disse que se for entre rubricas do PAP, de uma linha  
221 para outra, é necessário passar pelo CERHI. Disse que não vê necessidade da atualização do MOP pois  
222 uma boa gestão de projetos daria conta. Ele acha que o grupo de acompanhamento é capaz de saber

## ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2020 – 19.11.2020

223 hierarquizar os projetos sem a necessidade da contratação de uma atualização do MOP. Juliana  
224 Fernandes (AGEVAP) explicou ao Luiz Constantino (INEA) que a ideia não seria contratar uma empresa  
225 para a atualização do MOP mas sim fazer essa atualização via AGEVAP e GAP, com aprovação plenária,  
226 sem contratação específica. Decio Tubbs (ABAS) lembrou que vê muito foco sobre o Comitê como se ele  
227 fosse o responsável por tudo de ruim que acontece nos recursos hídricos. Lembrou que o INEA tem uma  
228 dívida com o Comitê, relacionada a uma verba emprestada ao SERLA, e por isso, a dívida foi transferida  
229 ao INEA, e que esse dinheiro precisa ser debatido, pois ele existe e é necessário que se faça aparecer.  
230 Disse que o Comitê muita das vezes é engendrado em situações das quais não tem culpa. Pediu registro  
231 em ata de que o Comitê repassou ao INEA para retirar as macrófitas no Paraíba. Sendo muito importante  
232 esta informação constar em ata para que em algum momento seja possível fazer esse dinheiro aparecer.  
233 Hélio Vanderlei (INEA) em resposta a Decio Tubbs, disse que não é questão de quem é o culpado, mas a  
234 discussão de uma construção de uma matriz de responsabilidades. Muitas das vezes não é questão de  
235 dinheiro e sim de coordenação. Disse que está estruturando uma matriz de problemas dentro do INEA e  
236 da SEAS/RJ para a atuação na gestão de recursos hídricos. Disse que não conhece as informações sobre  
237 o empréstimo de recursos à SERLA e as macrófitas e pediu uma solicitação formal do Comitê para que  
238 seja dado um esclarecimento formal e transparente. Sobre os recursos que estão no INEA, relativo aos  
239 Comitês, ele tem defendido a descentralização automática dos recursos aos colegiados, para evitar a  
240 burocracia e trâmites administrativos que criam gargalos e muitas das vezes impedem os repasses.  
241 Ressaltou que a DISEQ recebeu noventa e cinco cartas em dezembro de 2019 solicitando recursos  
242 naquele mês, mostrando a dificuldade burocrática para o repasse. Segundo o mesmo, até o final desta  
243 semana, o aditivo do contrato de gestão 03 será assinado, garantindo a continuidade das atividades da  
244 agência. Lembrou que hoje, há em conta, só no item saneamento, mais de 36 milhões de reais, cuja a  
245 responsabilidade é do Comitê. E quanto aos 47 milhões, depende do contrato de gestão que aguarda  
246 parecer do tribunal de contas do Estado, e depois as liberações serão realizadas. Fátima Rocha  
247 (AGEVAP) iniciou a leitura da resolução que dispõe sobre o plano de aplicação de recursos financeiros  
248 para 2021. Nelson Reis (APADEMA-RJ) disse que não viu as tabelas no corpo do texto da resolução.  
249 Juliana Fernandes (AGEVAP) respondeu que as tabelas estão no anexo I da resolução, citada no artigo  
250 primeiro da resolução. Foi iniciada a votação nominal. Franziska Huber (FAETERJ Paracambi), João  
251 Bosco Sales (UEZO), Karine Vargas (UFRRJ), Nelson Reis (APADEMA-RJ), Decio Tubbs (ABAS), Carla  
252 Moutinho (P.M. de Itaguaí), Andreia Loureiro (P.M. Queimados), Zulmira Xavier (P.M. Paracambi), Luiz  
253 Constantino (INEA), Livia Soalheiro (SEAS/RJ), Marco Barbosa (CREA-RJ), Julio Cesar Antunes  
254 (CEDAE), Mayná Coutinho (CEDAE), Pâmela Reis (Ternium), Paulo de Tarso (FIRJAN) votaram à favor  
255 da resolução. Não houve votos contrários, e a resolução foi aprovada por 15 votos favoráveis. José  
256 Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) havia deixado seu voto favorável à resolução antes de ser colocado em regime  
257 votação. Paulo de Tarso Pimenta (FIRJAN) pediu que fosse registrado, mas não contabilizado, e  
258 consultado ao jurídico sobre a validade do voto. Paulo de Tarso (FIRJAN) agradeceu a participação de  
259 todos na aprovação da resolução. Gilvoneick de Souza (Defensoria Socioambiental) tendo espaço

## ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2020 – 19.11.2020

260 solicitado por ele no início da Plenária, disse que a reunião do GTEA deveria ter acontecido em 16 de  
261 novembro e não aconteceu por falta de quórum. Disse ainda que não teve acesso aos materiais na página  
262 no Comitê, e que recebeu o link através de um membro. Ele ressaltou que não se trata de uma reunião  
263 privada e sim pública. Disse ainda que há pessoas puxando questão de ordem onde não há desordem.  
264 Afirmou ter passado por isso em uma reunião da CTIL-G onde membros pediam questão de ordem por se  
265 sentirem ofendidos com a sua fala mesmo sem ser citados, usando do artifício para silenciá-lo. Ele disse  
266 que as pessoas não precisam concordar com o que ele fala mas precisam respeitar. Reclamou que teve  
267 seu microfone silenciado e que caçaram sua fala com autorização do coordenador da reunião. Gilvoneick  
268 de Souza (Defensoria Socioambiental) disse que essa questão precisa ser trabalhada no Comitê, seja  
269 através de orientação ou qualificação com seus membros e coordenadores, para que não haja tumultos e  
270 toda fala seja respeitada. Ressaltou que o pedido de ordem deve ser feito em casos onde há desordem e  
271 não discordância com falas. Paulo de Tarso (Firjan) agradeceu as considerações de Gilvoneick de Souza,  
272 disse ser importante, e que a falta de informação nas reuniões é bem lamentável. Explicou que novas  
273 ferramentas de transparência estão sendo trabalhadas. Disse que em relação a capacitação, foi adiada  
274 por conta da pandemia, mas que ainda irá acontecer. Ressaltou que o colegiado ainda terá um  
275 código/manual de ética, que será estruturado pelos membros. A reunião foi encerrada às 16h25min. Eu,  
276 Antonio Mendes, tomei a termo esta ata que segue assinada por:

277  
278  
279

**Paulo de Tarso de Lima Pimenta (FIRJAN)**  
Diretor Geral

**Andreia Loureiro (P.M. Queimados)**  
Diretora Executiva

280  
281

### **Membros Presentes:**

282 Júlio Antunes (CEDAE Abastecimento); Mayná Coutinho (CEDAE Saneamento); Marcela Pitarello (FCC);  
283 Marcelo Diab Elias Kaiuca (ASDINQ); Pâmela Reis (Ternium); Paulo de Taso (FIRJAN); Renan Fernandes  
284 (NUCLEP); João Bosco Sales (UEZO); Markus Stephan Wolfjdunkell Budzynkzk (ADEFIMPA-RJ); Décio  
285 Tubs (ABAS-RJ); Marcelo Danilo (ANAGEA); Andreia Loureiro (P.M. Queimados); Zulmira Xavier (P.M.  
286 de Paracambi); Daiana Ferreira (P.M. de Seropédica); Carla Moutinho (P.M. de Itaguaí); Luiz Constantino  
287 (INEA); Livia Soalheiro (SEAS/RJ); Marco Antonio Barbosa (CREA-RJ); Franziska Huber (FAETERJ-  
288 Paracambi); Nelson Reis (APEDEMA-RJ); Hendrik Mansur (TNC); Jacqueline Guerreiro (FONASCH-RJ)  
289 e; José Arnaldo dos Anjos (P.M. Nova Iguaçu).

### **Convidados:**

291 Fátima Rocha (AGEVAP); Lucas Almeida (AGEVAP); Maria Adelaide (AGEVAP); Thatielle Góis  
292 (AGEVAP); Antonio Mendes (AGEVAP); Gilvoneick de Souza (Defensoria Ambiental); Hélio Vanderlei  
293 (INEA); Juliana Fernandes (AGEVAP); Nathália Vilela (AGEVAP); Andreia dos Santos Nascimento Sales  
294 (Não identificado)